



REFLEXÕES SOBRE A POBREZA MENSTRUAL DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

REFLECTIONS ON THE MENSTRUAL POVERTY OF STUDENTS IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION

REFLEXIONES SOBRE LA POBREZA MENSTRUAL DE ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN BÁSICA BRASILEÑA

Gabriela Bieger Reyes¹

Denise Regina Quaresma da Silva²

Hildegard Suzana Jung³

 10.21665/2318-3888.v11n21p40-60

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a pobreza menstrual entre jovens em idade escolar e se justifica pela importância de jogar luzes sobre este tema bastante invisibilizado, na busca por condições menstruais dignas para jovens estudantes através do acesso às informações corretas sobre seus corpos. Trata-se de um estudo de cunho teórico, qualitativo, cujo aporte teórico advém dos Estudos de Gênero e da obra freireana e dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade e 5 - Igualdade de Gênero, bem como a apresentação da temática menstruação no currículo escolar brasileiro, além de identificação de discussões na área das políticas públicas de combate à pobreza menstrual. Relacionando os achados com os elementos presentes na obra Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e intersecções com os ODS, concluímos que a falta de informações precisas sobre a menstruação afeta significativamente a dignidade dos jovens estudantes. Além disso, há lacunas na inclusão da educação menstrual no currículo escolar brasileiro, o que ressalta o papel fundamental da educação básica na promoção da igualdade de gênero e na garantia de uma educação de qualidade. Garantir a dignidade menstrual de jovens em idade escolar não apenas promove a igualdade de gênero, mas também melhora a qualidade da educação. Portanto, é crucial implementar políticas públicas educacionais eficazes para combater a pobreza menstrual, pois isso contribui para o alcance dos ODS 4 e 5, criando um ambiente educacional equitativo para todas e todos.

Palavras-chave: Educação Básica. ODS. Gênero. Pobreza Menstrual. Formação de Professores.

¹ Licenciada em História (FEEVALE). Mestranda em Educação (Universidade La Salle Canoas). E-mail: profgabriellareyes@gmail.com.

² Pós Doutora em Estudos de Gênero pela UCES (2011). Doutora em Educação (UFRGS). Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação e do Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano Universidade La Salle Canoas. E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br.

³ Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade La Salle Canoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5871-3060>. E-mail: hildegard.jung@unilasalle.edu.br.

ABSTRACT

This study aims to reflect on menstrual poverty among young school-age individuals and is justified by the importance of shedding light on this largely overlooked topic in the pursuit of dignified menstrual conditions for young students through access to accurate information about their bodies. It is a theoretical and qualitative study, with theoretical contributions from Gender Studies, Freirean works, and Sustainable Development Goals (SDGs) 4 - Quality Education and 5 - Gender Equality. Additionally, it addresses the inclusion of menstruation as a topic in the Brazilian school curriculum and identifies discussions in the field of public policies to combat menstrual poverty. By relating the findings to elements present in Paulo Freire's work 'Pedagogy of the Oppressed' and intersections with the SDGs, we conclude that the lack of accurate information about menstruation significantly affects the dignity of young students. Furthermore, there are gaps in the inclusion of menstrual education in the Brazilian school curriculum, emphasizing the crucial role of basic education in promoting gender equality and ensuring quality education. Ensuring menstrual dignity for young school-age individuals not only promotes gender equality but also enhances the quality of education. Therefore, it is crucial to implement effective educational public policies to combat menstrual poverty, as this contributes to the achievement of SDGs 4 and 5, creating an equitable educational environment for all.

Keywords: Basic Education. SDGs. Gender. Menstrual Poverty. Teacher Training.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre la pobreza menstrual entre jóvenes en edad escolar y se justifica por la importancia de arrojar luz sobre este tema que suele ser bastante invisibilizado, en la búsqueda de condiciones menstruales dignas para jóvenes estudiantes a través del acceso a información precisa sobre sus cuerpos. Se trata de un estudio de carácter teórico y cualitativo, con contribuciones teóricas provenientes de los Estudios de Género, la obra de Paulo Freire y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) 4 - Educación de Calidad y 5 - Igualdad de Género. Además, aborda la inclusión del tema de la menstruación en el currículo escolar brasileño e identifica discusiones en el ámbito de las políticas públicas para combatir la pobreza menstrual. Al relacionar los hallazgos con los elementos presentes en la obra 'Pedagogía del Oprimido' de Paulo Freire y las intersecciones con los ODS, concluimos que la falta de información precisa sobre la menstruación afecta significativamente la dignidad de los jóvenes estudiantes. Además, existen lagunas en la inclusión de la educación menstrual en el currículo escolar brasileño, lo que resalta el papel fundamental de la educación básica en la promoción de la igualdad de género y en garantizar una educación de calidad. Asegurar la dignidad menstrual de los jóvenes en edad escolar no solo promueve la igualdad de género, sino que también mejora la calidad de la educación. Por lo tanto, es crucial implementar políticas públicas educativas efectivas para combatir la pobreza menstrual, ya que esto contribuye al logro de los ODS 4 y 5, creando un entorno educativo equitativo para todas y todos.

Palabras clave: Educación Básica. ODS. Género. Pobreza Menstrual. Formación de Docentes.

Introdução

No ano de 2015 a Organização das Nações Unidas lançou a Agenda 2030, um plano de ação em busca da paz e da liberdade através do desenvolvimento sustentável de pessoas e nações. Como proposta para atingir tal meta, foram definidos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, nos próximos quinze anos deverão guiar ações

para o combate à pobreza em todas as suas formas e concretizar direitos humanos para todos, independente de gênero, raça ou condição social

O objetivo deste estudo é refletir sobre a pobreza menstrual entre jovens em idade escolar com um enfoque qualitativo, que tem aporte teórico baseado nos estudos de gênero e na obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1987), além do relatório publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2021, bem como na legislação brasileira vigente no ano de 2023. O estudo também explora a relação entre os ODS e a pobreza menstrual, destacando sua relevância na agenda global de desenvolvimento sustentável.

A presença das discussões de gênero e sexualidade no contexto escolar geram uma série de questionamentos e discursos, que muitas vezes não possuem nenhum embasamento teórico, somente repetem de forma automática frases de efeito e senso comum, principalmente por setores conservadores da sociedade. Esse tipo de discurso mitifica e estigmatiza tudo aquilo que não segue o padrão heteronormativo, além de apagar discussões relevantes e naturais sobre o corpo humano, como os ciclos menstruais. Dessa forma, considera-se a pobreza menstrual enquanto um dos problemas que obstrui o caminho pela igualdade de gênero

Procura-se olhar para a pobreza menstrual sob a perspectiva da luta pela garantia dos direitos humanos para jovens estudantes que são oprimidas pela privação de sua dignidade menstrual pelo currículo escolar. Isso dificulta o acesso à informação e ao debate sobre a natureza desses corpos, uma vez que se concebe o currículo escolar enquanto o conjunto de conteúdo a serem ensinados e as relações entre docentes/estudantes/comunidade travadas no meio ambiente escolar. Além disso, a falta de condições sanitárias adequadas em muitas escolas brasileiras agrava ainda mais essa problemática. Dessa forma, a pobreza menstrual pode ser interpretada como privação dos direitos básicos, afetando principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, tanto social quanto econômica.

A temática deste estudo surge no contexto das discussões sobre o dia 28 de maio, considerado o Dia Internacional da Higiene Menstrual (CDNH, 2020) e dos atravessamentos do tema com o cotidiano escolar de jovens estudantes da educação básica, bem como da relação direta do tema com os ODS, que podem ser vistos enquanto um norte para se pensar nos desafios contemporâneos no campo da educação. Essa data suscitou algumas memórias do período escolar referentes ao ciclo menstrual de estudantes no ensino fundamental. Uma das autoras mencionou que pedia aos pais para comprar absorventes de fluxo intenso, pois não havia papel higiênico nos banheiros da escola; fazia isso para evitar a necessidade de trocar de absorventes na escola. Ela também compartilhou que, por volta da sétima série, no início dos anos 2000, a escola reuniu todas as alunas em uma sala privada para discutir um ato de vandalismo ocorrido na escola: uma menina, por não ter papel higiênico, limpou sua menstruação com a mão e limpou sua mão nas paredes do banheiro. A todo momento, conforme as memórias desta autora, a escola reforçou o caráter vândalo de tal ato, sem acolher e sem buscar as condições necessárias para que as estudantes pudessem tratar dignamente de sua higiene menstrual. Foram a partir destas experiências enquanto aluna que menstruava que afloraram a indignação e a vontade de lutar por uma escola mais equânime para estudantes que vivenciam a pobreza menstrual cotidianamente.

É válido destacar que este estudo está inserido nas discussões do Grupo de Pesquisa ComGênero e na construção de um projeto de dissertação do PPG Educação da Unilasalle Canoas, que abordará a temática da pobreza menstrual pelo olhar de estudantes do nono ano do ensino fundamental público de um município do Rio Grande do Sul/RS.

Primeiramente, são apresentados como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se relacionam com a pobreza menstrual entre estudantes da Educação Básica. Isso auxilia no entendimento de como a pobreza menstrual se encaixa nas metas globais de desenvolvimento sustentável. Em seguida, são definidos os conceitos de menstruação e pobreza menstrual. É importante estabelecer essas definições antes de aprofundar as discussões posteriores, para que todos tenham uma compreensão comum dos termos. Por fim, são abordadas considerações específicas sobre como a pobreza menstrual afeta a dignidade das estudantes na Educação Básica. Por meio dessas seções, busca-se oferecer

uma análise abrangente da pobreza menstrual entre estudantes da Educação Básica, destacando sua importância nos ODS e seu impacto na dignidade menstrual no contexto educacional.

1. Intersecções entre os ODS e a pobreza menstrual de estudantes na Educação Básica

Na busca por um mundo melhor para todos as nações e povos a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015 criou a Agenda 2030, importante compromisso social assumido pelo Brasil e outras 193 nações, que agrupa 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que refletem proposições para a paz e prosperidade para todas as camadas das sociedades, a serem desenvolvidas até o ano de 2030. O tema pobreza menstrual possui intersecção com oito ODS: 5 - Igualdade de Gênero; 4 - Educação de Qualidade; 3 - Saúde e bem-estar; 6 - Água potável e saneamento; 12 - Consumo e produção responsável; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 1 - Erradicação da pobreza; e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ONU, 2023).

No campo do ODS 5 - Igualdade de Gênero, ao olhar para jovens estudantes, busca-se o empoderamento de meninas em relação aos seus corpos. Este empoderamento é uma ferramenta para acabar com a discriminação de gênero, assegurando o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, além de adotar e fortalecer políticas públicas de promoção da igualdade de gênero. Considera-se a dignidade menstrual enquanto consequência da autonomia corporal feminina, relacionando-a ao indicador 5.6 “[...] assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva” (ONU, 2023) e ao indicador 5.6.1.: “[...] visa medir a proporção de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões conscientes sobre relações sexuais, uso de anticoncepcionais e cuidados de saúde reprodutiva”. (UNFPA, 2021).

A presença de tal marcador é importante pois pela primeira vez foi explorado a dimensão da liberdade ou não de meninas e mulheres sobre a capacidade de fazerem escolhas

próprias sobre sua saúde sexual e reprodutiva, além da autonomia corporal, escolhas estas que somente são plenamente conscientes se há acesso à informações corretas sobre seus corpos.

Tal ação se dá através do ODS 4 - Educação de Qualidade, onde as reflexões deste estudo podem iluminar os caminhos para se pensar uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para estudantes que sofrem com a pobreza menstrual, além da busca pela eliminação de disparidades de gênero na educação. Configura-se enquanto ideia central deste objetivo a promoção da capacitação e empoderamento de alunas como forma de possibilitar que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham mais e melhores oportunidades de desenvolvimento (ONU, 2023).

A falha de acesso à informação correta está diretamente ligada ao ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, que preconiza assegurar acesso à informação e educação em saúde sexual e reprodutiva, bem como de promover o bem-estar para todas, em todas as idades, como forma de assegurar uma vida saudável, considerada essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas (ONU, 2023)

Como forma de promover o desenvolvimento sustentável, a pobreza menstrual é um tema que também abrange o acesso ao ODS 6 - Água Potável e saneamento, para as condições sanitárias mínimas para a efetividade da higiene menstrual e dignidade humana; bem como ao ODS 12 - Consumo e produção responsável, quando busca-se alternativas que aliem a redução dos custos dos produtos de higiene menstrual e o uso de estratégias e materiais de fácil acesso e de baixo impacto ambiental, como forma de contornar os altos custos dos produtos de higiene menstrual, um dos pilares da pobreza menstrual (ONU, 2023).

A formação básica de meninas visa prepará-las para a vida em sociedade, estando diretamente relacionada com o ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ao considerar que as prepara para o mundo do trabalho, libertando-as de um círculo vicioso de fracasso escolar, baixa qualificação profissional e poucas perspectivas de empregos de

qualidade, quebrando a roda transgeracional de pobreza feminina, diretamente ligada ao ODS 1 - Erradicação da pobreza (ONU, 2023).

Todas as intersecções entre pobreza menstrual e educação presentes nos ODS anteriormente apresentados buscam atender ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, como forma de acabar com violências de gênero e proporcionar uma sociedade mais justa para jovens estudantes brasileiras.

O acesso à informação correta sobre menstruação e pobreza menstrual é um dos meios para se atingir os ODS anteriormente apresentados, pois muitos mitos e tabus sobre o tema impossibilitam o pensamento criativo para a resolução de problemas inerentes à existência da pobreza menstrual. Dessa forma, apresentamos considerações pontuais sobre o ciclo menstrual feminino.

2. Acesso à informação correta - afinal, o que é menstruação?

Conforme Bahia (2021) e UNFPA e UNICEF (2021), a menstruação é um fator biológico presente em corpos do gênero biológico feminino, salvo aqueles com condições de saúde adversas. Ela serve como um indicador de não fecundação ovular ao longo do ciclo menstrual, que normalmente tem uma duração de vinte e oito dias. Durante o período fértil do ciclo menstrual feminino, o revestimento uterino (endométrio) passa por um processo de espessamento, preparando-se para uma possível fecundação. Quando a fecundação não ocorre, o útero contrai-se involuntariamente para eliminar o excesso de tecido endometrial. Nesse processo, alguns vasos sanguíneos podem se romper. A menstruação compreende a mistura do tecido endometrial e do sangue eliminados durante essas contrações uterinas involuntárias, sendo expelidos através do canal vaginal. A duração desse processo pode variar de pessoa para pessoa, geralmente ocorrendo ao longo de um período de três a sete dias (MARQUES; MADEIRA; GAMA, 2022).

Apesar de majoritariamente a menstruação ser definida como questão de mulheres e meninas, também é válido o uso do termo pessoas que menstruam pois, conforme UNFPA e UNICEF (2021), além de meninas e mulheres cisgênero – que se reconhecem no gênero biológico na qual nasceram -, homens transexuais e pessoas não binárias também menstruam. Apesar de englobar vários grupos populacionais, conforme Bahia (2021), nossa abordagem se concentrará nos indivíduos do sexo feminino, visto que representam a maioria significativa das pessoas que experienciam a menstruação.

Sobre as primeiras vivências do ciclo menstrual, é relevante ressaltar que a menarca é a primeira menstruação, indicando o “[...] início da produção hormonal cíclica” (BAHIA, 2021, p.10). Lima *et al* (2014) complementam afirmando que a menarca pode ser considerada um dos marcos mais significativos da vida de uma pessoa, ocorrendo geralmente entre os 12 e 13 anos de idade, período em que as pessoas se encontram em idade escolar. Conforme relatório do UNFPA e UNICEF (2021), em cerca de 90% das pessoas a menarca ocorre entre 11 e 15 anos de idade. Dessa forma, indivíduos que estão cursando o ano indicado para a sua idade passarão entre três e sete anos de sua vida escolar menstruando.

Dentre os efeitos da menstruação no corpo humano, Lima et al. (2014) afirmam que “O período menstrual comumente é acompanhado por uma variedade de sintomas, como a cefaleia, uma condição dolorosa e incapacitante...” (LIMA et al., 2014, p. 257). Além da cefaleia, também conhecida como dor de cabeça, a força das contrações uterinas pode gerar dor abdominal, também chamada de cólica. Esses são alguns dos sintomas mais recorrentes aos quais jovens estudantes estão expostas e que podem interferir em seu rendimento escolar, conforme Marques, Madeira e Gama (2022). “Do ponto de vista da saúde emocional, a falta de boas condições para o cuidado da saúde menstrual pode causar desconforto, insegurança e estresse, além de contribuir para o aumento da discriminação e do estigmatização” (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 14). Esse estresse é ampliado pela irregularidade dos ciclos menstruais durante esta fase de crescimento, o que, segundo Lima (2021), pode resultar em um fluxo inesperado de sangue, manchando o uniforme e tornando as estudantes alvo de bullying e preconceito.

Para além das questões físicas, a forma como a sociedade busca invisibilizar pode causar estresse em jovens estudantes, uma vez que a menstruação

Põe em xeque o bem-estar, desenvolvimento e oportunidades para as meninas, já que elas temem vazamentos, dormem mal, perdem atividades de lazer, deixam de realizar atividades físicas; sofrem ainda com a diminuição da concentração e da produtividade (UNFPA; UNICEF, 2021, p.12).

Ademais, as tentativas de esconder o fato de estar menstruada, de não deixar nenhum colega ou professor perceber por receio de julgamentos sociais também pode ser um elemento estressante presente no cotidiano destas estudantes. É relevante ressaltar que, por conta do estigma que o ato de menstruar possui na sociedade atual, segundo falam Bahia (2021) e UNFPA e UNICEF (2021), este tema muitas vezes é tratado de forma superficial e dismórfico.

A experiência escolar deixa uma marca indelével nos corpos dos estudantes que dela provaram, uma vez que, de forma muito eficaz e sutil, impregna as identidades dos sujeitos através de dispositivos e práticas, tornando-os sujeitos *escolarizados*. Essa marca de identidade é representada na forma como se aprende a olhar o outro e a si mesmo, a ouvir, falar e para quem calar, se desenvolve uma postura física, se identifica o que é bom e decente e a necessidade de rejeitar os indecentes, conforme aponta Louro (2022). Tais práticas podem perpetuar mitos, tabus e estigmas sobre a natureza dos corpos que ali se formam, quando deixam de seguir o padrão masculino aceito socialmente.

Segundo Goffman (1981), o termo estigma provém da cultura grega que utilizava o termo para referir-se a todos os sinais corpóreos que evidenciavam algo excepcional ou maléfico sobre o status moral daquele que o portava. O estigma era aquilo que diferia pejorativamente o estigmatizado da população dita normal.

Apesar do sangue ser considerado elemento sagrado em diversas culturas, representando em si o maná da vida e da morte, o sangue menstrual não possui mesmo prestígio, possuindo o caráter de estigma em nossa sociedade. Ele desperta, conforme Sardenberg (1994), sentimentos de aversão e/ou nojo, podendo causar vergonha e constrangimento à mulher menstruada. A autora afirma que em diversas culturas o sangue menstrual é

caracterizado enquanto agente poluidor, com poderes mágicos maléficos, cujas singularidades negativas estendem-se à mulher menstruada; assim a mera presença do mensturo já é vista como perigo em potencial. Pode-se perceber uma mudança na forma como a sociedade convive com a menstruação à partir da década de 1950, onde:

A menstruação passou, nesse período, de tema privado para público (tornando-se interesse de mercado); o momento, antes tratado fundamentalmente como um marco de “passagem” da infância para a vida adulta, era vinculado, estreita e diretamente, à sexualidade e à capacidade reprodutiva das mulheres; mais tarde, no entanto, com o advento dos absorventes e de outros produtos industrializados e com a medicalização da menstruação, de certa forma, essas questões ficaram secundarizadas e ganharam maior destaque a higiene e a proteção do corpo, a limpeza e a aparência (LOURO, 2022, p. 29).

Dessa forma, o desenvolvimento de produtos de higiene menstrual em massa e suas respectivas campanhas de marketing auxiliaram na secularização e atenuação dos mitos e estigmas relacionados ao tema; todavia ressalta-se que tal impacto não atingiu todas as camadas socioeconômicas das populações que menstruam da mesma forma, deixando de lado aqueles sem capacidade econômica de consumir tais produtos.

UNFPA e UNICEF (2021) ressaltam que o aspecto econômico é um dos principais fatores na definição dos grupos femininos mais afetados pela pobreza menstrual, que incluem mulheres em situação de rua, população carcerária e estudantes da educação básica. Sobre as estudantes, estas não têm controle sobre o orçamento familiar, o que dificulta o acesso à produtos de higiene menstrual, pois um pacote de absorventes pode custar o mesmo que um quilo de alimento, sendo este último uma prioridade para a sobrevivência da família.

Para que se consiga superar tais problemas é necessário possibilitar a troca de experiências em sala de aula, pois é na horizontalidade do processo de ensino/aprendizagem que estigmas são dissolvidos e inovações são concebidas.

3. Pobreza menstrual X Dignidade menstrual na Educação

Na sociedade ocidental contemporânea, a escola emerge como espaço de debate sobre questões sociais, onde se constroem e reproduzem as relações, desiguais ou não, entre os sujeitos, conforme Louro (2022). A autora ressalta que não é válido buscar justificativas para as desigualdades no campo biológico mas, sim, nos arranjos sociais, na forma como as representações de gênero são constituídas em diferentes contextos sociais. Também é válido destacar que, mesmo ao lidar com eventos biológicos como o ciclo menstrual, não se deve considerá-lo como algo preestabelecido, mas sim reconhecer que seus significados são constantemente redefinidos ao longo do tempo, da mesma forma como acontece em todas as discussões relacionadas a gênero e sexualidade. O contexto escolar tem sido moldado em torno da figura masculina, com o homem sendo considerado a referência padrão em todos os discursos legitimados socialmente, onde “Mais uma vez se consagra a ideia que o feminino é um desvio construído a partir do masculino.” (LOURO, 2022, p. 74). Ainda,

Em nossa sociedade a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência (LOURO, 2022, p. 18).

Esse padrão é considerado o ponto de referência predominante, tão enraizado na cultura que não requer mais uma identificação explícita. Por outro lado, aqueles que não se conformam com esse padrão, os “outros” sujeitos sociais, são destacados e definidos em relação a essa norma. Em outras palavras, eles são percebidos e rotulados com base em sua diferença em relação a um padrão normativo predominante opressivo, que submete os “outros” a serem constantemente reconhecidos e identificados em relação a uma norma que não reflete a diversidade da sociedade. Consequentemente, por não fazerem parte diretamente do padrão normativo, os ciclos menstruais e a pobreza menstrual são temas tratados de forma coadjuvante nos currículos até então, por não representarem um assunto prioritário na sociedade moldada sob padrões masculinos.

A menstruação é um elemento natural que está presente no cotidiano escolar, de forma implícita e explícita. O início do ciclo menstrual geralmente se dá ao longo da Educação Básica, principalmente no final do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio. Este é um dos elementos que marcam a puberdade em meninas, a entrada na adolescência, o início da vida fértil e, muitas vezes, o início também das vivências sexuais. As mudanças nos corpos e nos hábitos podem implicar na capacidade de concentração dessas estudantes, bem como nas relações sociais dentro do cosmos da sala de aula.

Em vigor entre os anos de 1997 e 2017, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), isto é, a forma como os conhecimentos se estruturam e se articulam na comunidade escolar brasileira, compreendiam os estudos sobre gênero e sexualidade enquanto passíveis de elaboração no ambiente escolar. Juntamente com outras áreas, a Orientação Sexual era apresentada enquanto Tema Transversal (PCN, 1997), ou seja, seus conteúdos, incluído a menstruação, poderiam ser desenvolvidos ao longo de todo o currículo, em disciplinas e anos variados, o que possibilitava o ensino sobre o ciclo menstrual para meninas antes que este se iniciasse, preparando-as para as mudanças que enfrentariam então. Todavia no ano de 2017 foi aprovada a terceira versão da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que substituiu os PCNs e deixou uma lacuna sobre as temáticas de gênero no currículo escolar.

Explicitamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a menstruação é um dos temas trabalhados na disciplina de Ciências, unidade temática Vida e Evolução, Objetos de Conhecimento - Mecanismos reprodutivos e Sexualidade, no 8º ano do Ensino Fundamental, conforme as propostas curriculares nacionais vigentes (BNCC, 2018). É necessário destacar que nas discussões sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular as questões referentes às temáticas Gênero e Sexualidade foram suprimidas do texto final, pelo Conselho Nacional de Educação - órgão redator da BNCC - a pedido do Ministério da Educação (TOKARINA, 2017). Dessa forma, tais temáticas foram relegadas ao aspecto biológico discutido ao longo do estudo do aparelho reprodutor feminino. Essa decisão está relacionada a um movimento conservador que tem se manifestado nos últimos anos nas bancadas políticas brasileiras, para as quais as questões relacionadas à busca pela igualdade de gênero são consideradas irrelevantes.

Sobre possibilitar tais discussões em sala de aula, Freire (1987) fala que no campo da educação não existe *falar para* alguém; quem *fala para* não está educando, é necessário *falar com* as estudantes em sala de aula, fomentar o diálogo sobre suas vivências, sobre seus corpos e sobre como as transformações naturais destes interferem na sua vivência escolar. É criar espaços de educação horizontal, não autoritária e opressora, pois educar não é transferir conhecimento, é possibilitar a circulação e transformação desse conhecimento, é conceber que todas as envolvidas são autoras dos saberes que foram ali produzidos. Também é lutar contra uma educação bancária, conceito definido por Freire (1987), que desumaniza, tratando a estudante como objeto e retirando dela o papel de protagonista em sua própria jornada de conhecimento.

Freire (1987) também trabalha com alguns conceitos que auxiliam no entendimento do *não olhar* para a necessidade de dignidade menstrual das estudantes. O autor inicia a obra *Pedagogia do Oprimido* com a seguinte dedicatória: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, lutam” (FREIRE, 1987, p. 12). Quem são esses esfarrapados do mundo no ambiente escolar, senão aquelas privadas da capacidade plena de construir seu conhecimento devido à falta de dignidade para lidar com os ciclos naturais de seus próprios corpos? São as estudantes que, *sobretudo lutam* contra as adversidades que a sociedade lhes impõe, contra a falta de saneamento básico, a falta de poder decisório no orçamento familiar e o alto preço dos produtos de higiene menstrual, além do tabu existente sobre a menstruação. Por ser uma luta contra tão grandes obstáculos e andarem sozinhas, muitas não têm forças para trilhar todo o caminho da educação básica. Acabam por permanecer em ciclos transgeracionais de pobreza, sem conhecimento sobre seus corpos e sem condições para lidar com eles, aumentando cada vez mais a desigualdade de gênero no país (UNFPA e UNICEF, 2021).

Paulo Freire desenvolve suas ideias dentro da concepção de uma pedagogia crítica, que concebe o sentido da pedagogia enquanto meio formador de sujeitos que possam formar conhecimento. E que estes sujeitos, ao se formarem e formarem conhecimento, possam transformar a sociedade que eles habitam (FREIRE, 1987). Dessa forma, o acesso à informações corretas sobre os ciclos naturais que os corpos biologicamente femininos

vivenciam é necessário para que este conhecimento comece a tomar forma e empodere jovens estudantes para lutarem contra as opressões que a sociedade lhes impõe.

Percebe-se que a pobreza menstrual, que emerge quando mulheres não têm condições mínimas para lidarem com sua menstruação de forma digna, pode ser um dos fatores que levam jovens estudantes a abandonarem a educação básica, o que propicia a permanência destas estudantes em círculos transgeracionais de pobreza feminina, aumentando a desigualdade de gênero na sociedade.

O silenciamento e a omissão de discussões sobre a menstruação invisibilizam, conforme UNFPA e UNICEF (2021), um fenômeno fisiológico e recorrente, o que fomenta mitos, tabus e estigmas que impactam de forma global no *status quo* de pessoas que menstruam. "Omitir-se diante desses temas, mesmo que dividam opiniões, é dar oportunidade ao preconceito dentro da própria escola" (FETTER; SILVA, 2022, p. 7). Assim, tabus e estigmas podem restringir a participação de estudantes em atividades físicas, brincadeiras e a convivência com círculos de amigas, atos importantes para o pleno desenvolvimento de competências relevantes para a formação global do ser humano.

Apesar de englobar uma parte significativa da população, a menstruação não é tratada historicamente enquanto tema do campo da educação. No Brasil, a dignidade menstrual é definida como a aptidão de uma pessoa para lidar com a sua menstruação de forma correta, conforme Bahia (2021). Conforme UNFPA e UNICEF (2021), a dignidade menstrual vai de encontro com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, além da autonomia corporal e autodeterminação de gênero dos indivíduos. Quando a dignidade menstrual se apresenta enquanto privilégio, como percebe-se no Brasil, o oposto aflora: a pobreza menstrual.

Os absorventes externos são usados pela maioria da população; estima-se que cada mulher use cerca de 20 absorventes por ciclo, totalizando cerca de 10.000 absorventes ao longo da vida reprodutiva feminina, conforme Ernandes (2018). Em casos de pobreza menstrual tal quantidade de absorventes é drasticamente reduzida, principalmente pela incapacidade de compra deste produto. A carga tributária média dos absorventes é de

27,25%, de acordo com a receita Federal; desta porcentagem, 9,25% (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS) são tributos federais e 18% (ICMS) são tributos estaduais, conforme Halabe e Pires (2021). No Brasil o absorvente não é tributado como artigo de higiene pessoal mas, sim, como artigo de luxo, o que eleva o valor de venda e aumenta o distanciamento entre mulheres e meninas, com poucas ou nenhuma condições financeiras, do mínimo de dignidade para tratar de seus fluxos menstruais.

No campo das políticas públicas a discussão sobre a pobreza menstrual tem sido fomentada por movimentos da sociedade civil. Suas pautas chegaram à agenda de parlamentares, em sua maioria mulheres, que nos últimos cinco anos aprovaram diversos dispositivos legais para auxiliar na busca pela humanização da menstruação (BAHIA, 2021). À medida que Paulo Freire trabalha com o processo de afirmação dos seres humanos enquanto pessoas, o autor fala que: [...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p.16).

Por conseguinte, a desumanização dos estudantes que estão menstruadas não é um elemento inerente à sua condição biológica feminina, mas, sim, uma construção social possível de ser alterada, principalmente através de atos públicos e políticos.

Em uma sociedade cujo corpo político é formado majoritariamente por homens e que, por conta de sua condição biológica, não menstruam, a pobreza menstrual geralmente é tida como fato social de menor prioridade. Dentre os esforços contra o uso da menstruação enquanto elemento social opressor destacam-se, conforme Bahia (2021) projetos de lei no Rio de Janeiro para a redução da tributação dos absorventes; em São Paulo, que além da redução tributária, promove a educação menstrual, o fomento à pesquisa sobre o tema e o desenvolvimento e produção de absorventes de baixo custo.

Já na esfera federal o Conselho Nacional dos Direitos Humanos publicou uma recomendação, no ano de 2020, para a mitigação da pobreza menstrual e a isenção de impostos dos absorventes, além da aprovação e regulamentação do Projeto de Lei nº 4.968/2019, que institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas

escolas públicas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2019). Nesta recomendação o CDNH (2020) trabalha com a justificativa de que a saúde menstrual é um direito humano básico e reafirma o dia 28 de maio enquanto Dia Internacional da Higiene Menstrual, voltado à garantia de políticas públicas para a saúde menstrual. Também reintera a necessidade de legislação sobre o assunto, pois 50,77% da população brasileira tem sexo biológico feminino, sendo as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (CNDH, 2020).

Dentre as consequências da pobreza menstrual, destaca-se que esta provoca:

[...] acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 4).

Ainda, a pobreza menstrual afeta diretamente a saúde. Quando falta acesso à produtos de higiene menstrual, há relatos em UNFPA e UNICEF (2021) e Bahia (2021) de indivíduos que utilizam de métodos alternativos para conter a menstruação, como folhas de jornal, de árvores e, até mesmo, miolo de pão, além do reuso de absorventes ou a baixa frequência na troca destes. A ineficiência da higiene menstrual acaba gerando problemas como alergias e irritações, além da síndrome de choque tóxico, que pode levar ao óbito. No campo emocional e educacional é baixo o índice de pesquisas na área que trabalhem especificamente com os impactos da menstruação no processo de construção do conhecimento em jovens da educação básica.

Em indivíduos em idade escolar, a pobreza menstrual está ligada ao absenteísmo escolar, o que leva ao comprometimento da qualidade da educação básica dessas pessoas. Por conta da pobreza menstrual, segundo Lima (2021), jovens estudantes perdem em média 45 dias letivos por ano (em um universo de 200 dias letivos), tornando a menstruação mais um fator de desigualdade de gêneros na educação básica.

Com o tempo, esse comprometimento aumenta a desigualdade entre homens e mulheres, segundo Silva *et al* (2020), Motta e Brito (2022) e Lima (2021). A busca por dignidade menstrual proporciona no campo econômico e social o rompimento do ciclo de pobreza, o que gera autonomia financeira. Ainda conforme os autores, no campo da saúde, há

diminuição de doenças relativas à precariedade da higiene menstrual e melhores condições de planejamento familiar pois, uma vez que se amplia o acesso à informações corretas sobre o ciclo menstrual muitos mitos sobre o processo reprodutivo são quebrados.

As concepções pedagógicas de Paulo Freire partem do princípio de que o ser aprendente é um sujeito e, portanto, deve ser respeitado em sua posição de sujeito. Na escola, estudantes que menstruam têm sua dignidade desrespeitada quando a própria escola, que deveria ser um espaço de formação integral do ser humano, escolhe não olhar para as demandas básicas dessas pessoas, seja por conta da precariedade sanitária, seja pela construção do Plano Político Pedagógico - PPP - vigente. A participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP é relevante para a correta abordagem dos temas pertinentes a realidade escolar onde esta comunidade se encontra pois, "Estar mediando e gerindo a gestão pedagógica, é construir relações de equidade e o respeito às diferenças" (FETTER; SILVA, 2022, p.9). Portanto, a horizontalidade na jornada do conhecimento, defendida por Freire (1987), deve ser comum às políticas de cada escola.

É importante ressaltar que o ambiente escolar deve ser espaço que possibilite uma "Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará" (FREIRE, 1987, p. 17). Ou seja, que trabalhe a pobreza menstrual *com* estudantes e não *para* estudantes, que possibilite a tomada de consciência de seu lugar no mundo e que, a partir disso, possa a escola auxiliar na luta pela libertação do círculo vicioso da pobreza a qual jovens estudantes da educação básica que menstruam encontram-se expostas.

Reflexões finais

O presente estudo buscou apresentar reflexões sobre a pobreza menstrual de jovens estudantes da educação básica. A pobreza menstrual pode ser combatida com o acesso à

informação correta e desmistificação do ciclo menstrual no contexto escolar, bem como acesso a produtos de higiene menstrual. Na busca pela dignidade menstrual, deve-se pensar a menstruação enquanto tema presente e relevante no currículo escolar, com sua discussão em diferentes momentos e estágios da educação básica de forma clara e sem preconceitos, o que otimiza o acesso à escola neste período da vida das estudantes.

Considerando as reflexões apresentadas, embora a menstruação não seja um tema diretamente abordado na obra freireana, há sim correlação entre o pensamento freireano e este elemento da natureza humana. Jovens estudantes da educação básica em situação de risco, seja social e/ou econômico, são privadas do pleno exercício de suas atividades escolares e têm sua educação básica comprometida pelas condições de pobreza menstrual a que são submetidas. Elas são oprimidas na constituição de sua cidadania, principalmente quando suas vivências e necessidades pelo conhecimento dos próprios corpos são negligenciados por uma educação bancária, que visa somente a repetição dos conteúdos programados, não englobando também conhecimentos pertinentes à formação global das estudantes.

Na escola, a busca pela dignidade menstrual envolve a abordagem do ciclo menstrual em várias idades e espaços do currículo escolar, e não somente quando do estudo sobre a reprodução humana. Também é importante não fazer distinção de gênero na abordagem destes temas, pois o conhecimento sobre menstruação por meninos colabora na formação de uma rede de apoio para as pessoas que menstruam, além de elucidar questões pertinentes ao planejamento familiar.

Seguindo os pressupostos dos ODS 4 - Educação de Qualidade e 5 - Igualdade de Gênero, dentre as possibilidades de luta da sociedade na busca pelo fim da pobreza menstrual encontra-se o uso de terminologia adequada relacionada à menstruação, o diálogo sobre o ciclo menstrual no ambiente escolar, com estudantes de idades variadas e com a inclusão de todos os gêneros nas discussões sobre a temática. No campo político, a proposição de políticas públicas educacionais e legislações locais e nacionais que envolvam a diminuição da tributação e/ou distribuição de absorventes e ampliação da

oferta de saneamento básico apresentam-se enquanto meios para a promoção da dignidade menstrual para jovens estudantes e todas as pessoas que menstruam.

Este estudo demonstrou que a falta de informações precisas sobre a menstruação e a escassez de recursos adequados afetam significativamente a dignidade das jovens estudantes. Além disso, identificou-se a ausência de educação menstrual no currículo escolar brasileiro, destacando o papel fundamental da educação básica na promoção da igualdade de gênero e na garantia de uma educação de qualidade.

Assegurar condições menstruais dignas para as jovens em idade escolar não só promove a igualdade de gênero, mas também melhora a qualidade da educação. Portanto, é essencial implementar políticas públicas educacionais eficazes para abordar a pobreza menstrual, o que contribuirá para alcançar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e criar um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Referências

BAHIA, Letícia. **Livre para menstruar**: Pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: Girl Up/ Herself Educational, 2021. Disponível em: <https://livreparamenst.wpengine.com/download/4102/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-38671758>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998. [v.10] Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CDNH, Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI_MDH1638484Recomendacao21.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

ERNANDES, Camila Carvalho. **A quebra de tabus sobre menstruação e práticas sustentáveis**. 2018. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, 2018.

FETTER, S. A.; SILVA, Denise Quaresma da. A ideologia do azul e do rosa: sexualidade e gênero na educação. **Revista Práxis**. Novo Hamburgo. a. 19. n. 1. p. 6-19. jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2329/2968>. Acesso em: 22 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALABE, Maria T; PIRES, Emílio E. P. A pobreza menstrual e o sistema tributário brasileiro: tributação como instrumento de promoção da efetividade e eficácia do princípio da dignidade humana. **X Jornada Internacional Políticas Públicas** - JOINPP-UFMA. São Luis: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1062_1062612d6737f32f7.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

LIMA, A. S. *et al.* Prevalência de cefaleia e sua interferência nas atividades de vida diária em adolescentes escolares do sexo feminino. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 256-261, June 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/PQYKtMSZGd9YpT8gqNN8rtj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

LIMA, Paola. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**. Publicado em: 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em: 22 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MARQUES, Patrícia; MADEIRA, Tiago; GAMA, Augusta. Menstrual cycle among adolescents: girls' awareness and influence of age at menarche and overweight. **Rev. paul. pediatr.** v. 40, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/nKc4WcFrP9bhp3Vpqq5Q5Nr/?lang=en>. Acesso em: 22 maio 2022.

MOTTA, M.C.C; BRITO, M.A.P.R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências**. Niterói/RJ. V.24, N.1. pp. 33-64. jan/abril. 2022.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SARDENBERG, Cecilia M.B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos feministas**, p. 314-344, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43903673>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, N. S. B *et al.* Impacto da dismenorrea em adolescentes escolares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3308>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

TOKARNIA, Mariana. MEC retira termo "orientação sexual" da Base Curricular. **Agência Brasil**. Publicado originalmente em 07 abr. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNFPA. **Relatório Situação da População Mundial 2021: Meu corpo me pertence: Reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação**. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-report-br_web_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. [S.l.]: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)/ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

Recebido: 15.05.2023
Aprovado: 30.06.2023